

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços para Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Equipamentos Municipais no concelho de Vila Nova de Gaia

Índice

PARTE I – DO CONTRATO	4
Cláusula 1. ^a - Objeto	4
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a - Prazos	4
Cláusula 4. ^a - Preço base	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	7
Cláusula 7. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	8
Cláusula 8. ^a - Preço contratual	8
Cláusula 9. ^a - Condições de pagamento	8
Cláusula 10. ^a - Penalidades contratuais	9
Cláusula 11. ^a - Resolução do contrato.....	10
Cláusula 12. ^a - Cessão da posição contratual	11
PARTE II – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	11
Cláusula 13. ^a - Local e conformidade da prestação de serviços	11
Cláusula 14. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	11
Cláusula 15. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas.....	12
Cláusula 16. ^a – Serviços	12
Cláusula 17. ^a – Proteção de dados pessoais.....	12
Cláusula 18. ^a – Avaliação de Fornecedores	13
Cláusula 19. ^a - Acompanhamento da execução do contrato	13
PARTE III – DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Cláusula 20. ^a - Foro competente	14
Cláusula 21. ^a - Comunicações e notificações	14
Cláusula 22. ^a - Contagem dos prazos	14
Cláusula 23. ^a Produção de efeitos	14
Cláusula 24. ^a - Legislação aplicável.....	14
PARTE IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	14
Cláusula 25. ^a - Descrição geral dos serviços a prestar	14
Cláusula 26. ^a - Enquadramento	15
Cláusula 27. ^a - Obrigações no âmbito de Técnico Responsável pela Exploração de Instalações Elétricas.....	15

Cláusula 28. ^a - Outras obrigações.....	17
Cláusula 29. ^a - Termos de responsabilidade pela exploração	20
Cláusula 30. ^a - Preenchimento e envio de relatório-tipo	21
Cláusula 31. ^a – Elaboração de ensaios e medições	21
Cláusula 32. ^a – Relatórios Técnicos e Pareceres.....	23
Cláusula 33. ^a – Regulamentação e legislação aplicável	24
PARTE V – ANEXOS	25
Tabela I - Instalações	25

PARTE I – DO CONTRATO

Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Equipamentos Municipais sitos no concelho de Vila Nova de Gaia”** de acordo com as especificações técnicas definidas na Parte IV e V do presente Caderno de Encargos, bem como emitir os termos de responsabilidade e posterior acompanhamento pelas ligações eventuais de eventos a cargo do Município, até ao máximo de 4 ligações eventuais, durante a vigência do contrato.

Cláusula 2.ª- Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazos

O contrato resultante do presente procedimento tem início na data da sua outorga e é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª - Preço base

- 1 - O preço base, para efeitos do presente procedimento, é de **€ 19.100,00 (dezanove mil e cem euros)**, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 - O preço base mencionado no número anterior foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP, bem como pela comparação com procedimentos com o mesmo objeto, através de consulta ao Portal Base.

Cláusula 5.ª- Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de efetuar e concluir a realização dos trabalhos de assistência técnica de Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Equipamentos Municipais constantes da tabela I anexa ao presente Caderno de Encargos, bem como das ligações eventuais relativas a eventos a cargo do Município, até ao máximo de 4 ligações eventuais;
 - b. Tomar a responsabilidade pela boa exploração das instalações elétricas identificadas na tabela I anexa ao presente caderno de encargos e das ligações eventuais que assumir, de acordo com as todas as obrigações, legislações e regulamentações em vigor, legislação de segurança e demais legislação aplicável, nomeadamente as apresentadas no Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto;
 - c. Cumprir os requisitos legais e regulamentares de acesso e exercício da atividade de técnico responsável pelas instalações elétricas, nomeadamente os apresentados na Lei n.º 14/2015 de 16 de fevereiro;
 - d. Com a regularidade legalmente obrigatória, enviar para os serviços da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) os termos de responsabilidade e os relatórios de exploração das instalações elétricas de cada uma das instalações elétricas pelas quais é responsável, bem como as alterações que venham a ocorrer, designadamente a data da cessação de funções;
 - e. Enviar para a entidade exploradora os termos de responsabilidade e os relatórios de exploração de cada uma das instalações elétricas pelas quais é responsável, bem como as alterações que venham a ocorrer, designadamente a data da cessação de funções;
 - f. Inspeccionar, de acordo com o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, as instalações elétricas com a frequência exigida pelas suas características de exploração, no mínimo com uma periodicidade não inferior a duas vezes por ano, uma nos meses de verão e

- outra nos meses de inverno, a fim de proceder às verificações, ensaios e medições regulamentares para elaboração do relatório de exploração;
- g. Realizar a primeira inspeção técnica a cada instalação e enviar à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) o relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de cada instalação no prazo máximo de 60 dias após a outorga do contrato;
 - h. Comunicar formalmente e por escrito à entidade exploradora a existência de deficiências nas instalações elétricas que constituam risco para a segurança de pessoas, animais e bens, tendo em vista a sua correção;
 - i. Apresentar formalmente e por escrito, soluções técnicas para corrigir eventuais deficiências da instalação, identificadas nas inspeções realizadas pelo técnico;
 - j. Responder aos pedidos de esclarecimento de âmbito técnico e de segurança referentes às instalações elétricas a seu cargo, que forem solicitados pelas entidades de fiscalização ou pelo operador da rede de distribuição, informando a entidade exploradora;
 - k. Esclarecer a entidade exploradora da instalação elétrica acerca do cumprimento das obrigações impostas pelas entidades fiscalizadoras ou pelo operador da rede de distribuição, nos aspetos técnicos e de segurança;
 - l. Assegurar, juntamente com a entidade exploradora, que o equipamento servido pela instalação elétrica se encontra disponível, e, quando deva existir, o projeto está acessível e se mantém atualizado;
 - m. Dar instrução adequada ao pessoal de manutenção da instalação elétrica, tendo em conta as suas especificidades, nomeadamente, através de procedimentos escritos a adotar para a exploração das subestações, dos postos de transformação e da instalação de utilização para garantir a proteção contra contactos diretos ou indiretos e para a eventual realização de trabalhos em tensão, fora de tensão ou na proximidade de tensão;
 - n. Dar conhecimento prévio ao operador da rede de distribuição sempre que qualquer alteração da instalação elétrica interfira ou possa vir a interferir com a rede de distribuição, designadamente, nos casos de aumento de potência instalada e montagem de centrais elétricas, informando a entidade exploradora;
 - o. Reportar à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) a ocorrência de acidentes de natureza elétrica que tenham ocorrido nas instalações, no prazo de cinco dias úteis após o conhecimento do acidente;
 - p. Visitar as instalações elétricas sempre que ocorra qualquer acidente pessoal provocado por ação da corrente elétrica;
 - q. Analisar e dar competente parecer por escrito no prazo de 12 dias úteis acerca de modificações ou ampliações das instalações elétricas que a entidade exploradora pretenda efetuar;
 - r. Efetuar o acompanhamento das ampliações e alterações das instalações elétricas;
 - s. Disponibilizar e utilizar todos os equipamentos de medida e registo necessários, bem como todas as ferramentas e materiais devidamente adequados, nomeadamente, equipamento de teste de terras e dispositivos diferenciais;
 - t. Garantir que em caso de impedimento, e enquanto este durar, o Técnico responsável pela exploração de

instalações elétricas se faça substituir, no exercício das suas funções, por um técnico legalmente habilitado para o efeito;

- u. Com uma periodicidade não inferior a duas vezes por ano, uma nos meses de verão e outra nos meses de inverno, elaborar para cada uma das instalações o Relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, preenchendo todos os pontos aplicáveis a cada instalação;
- v. Realizar as inspeções periódicas, com o fim de verificar se as instalações se mantêm em boas condições de exploração, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 102.º do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42 895, de 31/03/60 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 14/77, de 18 de fevereiro;
- w. Elaborar, no prazo de 24 dias úteis, após cada inspeção, relatórios técnicos detalhados que tenham como fim a elaboração dos procedimentos necessários para resolução das deficiências identificadas nas inspeções;
- x. O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas e a entidade adjudicatária obrigam-se a enviar à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e à entidade exploradora, no prazo de até 60 dias após a outorga do contrato os termos de responsabilidade pela exploração das instalações elétricas de cada uma das instalações elétricas a que se refere o contrato, assim como, o primeiro Relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de cada uma das instalações elétricas.

- 2 - O prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 3 - O prestador de serviços deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
- 4 - Obriga-se também o prestador de serviços a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio

público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª- Preço contratual

- 1 — Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao prestador de serviços o preço total constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço a que se refere o número 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a) 25% do valor no final de cada um dos trimestres da prestação de serviços.
- 3 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os inerentes à prestação de serviços objeto do contrato para o respetivo local de prestação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 4 — Não haverá lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª- Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação trimestral dos serviços objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços ou através de emissão de cheque.

- 5 - Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
- 6 - As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:
- i. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
 - ii. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para faturas@cm-gaia.pt, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o respetivo ficheiro XML, com a estrutura necessária para o efeito (ver nota seguinte).
- 6.1. O tratamento das faturas remetidas através de email, para o endereço faturas@cm-gaia.pt, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo o ficheiro PDF devidamente assinado, o ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente) e, deve ser indicado o email por onde serão enviadas as faturas eletrónicas para inclusão do mesmo na lista de endereços da respetiva plataforma onde será feita a receção e integração das mesmas
- A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o prestador esclarecer as suas dúvidas através do email support@yetspace.com.
- 6.2. A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.
- 6.3. O prestador deverá fazer constar da fatura, entre outros dados, o número de compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução e dos níveis de serviço fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária até 2% do valor do contrato, por cada dia útil de atraso.

- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª- Resolução do contrato

- 1 – O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de Direito.
- 3 - O contrato pode também ser resolvido através do Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do prestador dos serviços:
- a) Quando não se verificar a disponibilização dos serviços acordados nas datas fixadas pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao prestador dos serviços;
 - b) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do prestador dos serviços;
 - c) Prestação de falsas declarações;
 - d) Estado de falência ou insolvência;
 - e) Cessação da atividade;
 - f) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do prestador de serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
- 4 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao prestador de serviços.
- 5 - O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 6 - O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, nos casos de incumprimento do

cocontratante previsto no artigo 333.º, por razões de interesse público nos termos do artigo 334.º e ainda por alteração anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335.º do CCP.

Cláusula 12.ª - Cessão da posição contratual

- 1 - A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316.º a 318.º do CCP.
- 2 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode determinar a cessão da posição contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 - No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

PARTE II – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.ª - Local e conformidade da prestação de serviços

- 1 - Os serviços objeto do contrato devem ser prestados nos locais constantes da tabela I anexa ao presente Caderno de Encargos e naqueles que venham a ser determinados pelo Gestor do Contrato, em sede de execução contratual e de acordo com as necessidades manifestadas pela Entidade Adjudicante, até um máximo de 30 locais.
- 2 - Os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com as cláusulas técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos.
- 3 - Sempre que solicitado, o prestador de serviços obriga-se a disponibilizar relatórios periódicos dos trabalhos e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 4 - São da responsabilidade do prestador de serviços objeto do contrato todas as despesas e custos com transporte inerentes à prestação de serviço.

Cláusula 14.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 — No caso de os serviços objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 2 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Gaia, às reparações ou substituições necessárias para garantir o

cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

Cláusula 15.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 - Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por infrações cometidas pelo prestador dos serviços, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

Cláusula 16.ª – Serviços

- 1 – Os trabalhadores afetos à entidade prestadora dos serviços cujo prazo seja superior a 1 (um) ano devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, salvo nos casos em que se encontrem a executar tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros, dando cumprimento ao disposto no artigo 419.º-A do CCP.
- 2 – Cabe à entidade adjudicante averiguar do cumprimento pelo prestador de serviços quanto ao estipulado no número anterior.
- 3 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho nos termos legais;
 - b) Seguro de responsabilidade civil da atividade.
- 4 – O Município de Vila Nova de Gaia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 17.ª – Proteção de dados pessoais

- 1 - Constituem obrigações do prestador de serviços, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;

- d. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- e. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- f. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.

- 2 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
- 3 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 - Finda a vigência do contrato, o prestador de serviços tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Cláusula 18.^a – Avaliação de Fornecedores

- 1 – Aquando da receção da última fatura e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, é feita a avaliação de cada prestador / fornecedor referente a toda a execução do contrato, de acordo com os critérios disponíveis no site do Município (<https://www.cm-gaia.pt/pt/informacao/compras-publicas/criterios-de-avaliacao-de-fornecedores/>).
- 2 – O resultado obtido em cada contrato será disponibilizado na plataforma de Contratação Pública no campo “avaliação do procedimento” correspondente, sendo anualmente notificados (via plataforma eletrónica) da média dos resultados obtidos.

Cláusula 19.^a- Acompanhamento da execução do contrato

- 1 – É nomeado um Gestor de Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.^o-A do CCP.
- 2 – Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

PARTE III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.ª- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª- Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª- Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª Produção de efeitos

Nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato produz efeitos na data da sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cláusula 24.ª- Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 25.ª - Descrição geral dos serviços a prestar

- 1 - A prestação de serviços objeto do presente contrato refere-se à “Prestação de Serviços - Técnico Responsável pela Exploração (TRE) em instalações a cargo do Município de Vila Nova de Gaia”, descritos na tabela I anexa a este Caderno de Encargos e às ligações eventuais de eventos a cargo do Município, até ao máximo de 4 ligações eventuais, durante o período de vigência do contrato.
- 2 - As presentes cláusulas técnicas referem-se à contratação de serviços de Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, adiante também designado apenas por Técnico, e outros serviços associados para instalações elétricas de edifícios públicos explorados pelo Município de Vila Nova de Gaia, de acordo com as disposições,

legislações, regulamentações e diretrizes da DGEG em vigor, nomeadamente as apresentadas na Lei n.º 14/2015 de 16 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018 de 21 de agosto.

- 3 - Referem-se também as presentes cláusulas técnicas à contratação de serviços associados de elaboração de relatórios técnicos detalhados, com a apresentação de deficiências na instalação elétrica detetadas pelo Técnico e respetiva descrição das soluções a adotar, de acordo com o ponto 5 do presente documento.

Cláusula 26.ª - Enquadramento

- 1 - A realização da presente contratação de serviços surge da necessidade de contratar serviços de Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas para alguns dos edifícios explorados pelo Município de Vila Nova de Gaia que requerem um Técnico qualificado, de acordo com as disposições e legislações e regulamentações em vigor, nomeadamente as do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018 de 21 de agosto.
- 2 - Para além de outras atividades e funções do Técnico, a contratação de Técnico para os equipamentos referidos na tabela I do presente Caderno de Encargos tem, entre outros objetivos, o objetivo de:
- Cumprir obrigações regulamentares e legislativas;
 - Nomear um Técnico responsável pela exploração das instalações elétricas em causa;
 - Inspeccionar as instalações elétricas e realizar verificações, ensaios e medições;
 - Identificar a existência de eventuais deficiências nas instalações elétricas que constituam um risco, a fim de posteriormente, através de outros procedimentos (autónomos deste procedimento) melhorar segurança das instalações elétricas dos edifícios em causa.
- 3 - Tendo em conta que faz parte das obrigações de Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas comunicar à entidade exploradora e à DGEG a existência de deficiências na instalação elétrica que constituam risco para a segurança de pessoas, animais e bens, tendo em vista a sua correção (artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 96/2017), são também complementarmente contratados serviços de elaboração de relatórios técnicos detalhados com o objetivo de elaborar procedimentos para resolução das deficiências identificadas no decorrer das inspeções.

Cláusula 27.ª- Obrigações no âmbito de Técnico Responsável pela Exploração de Instalações Elétricas

- 1 - O Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas obriga-se a dar cumprimento a todas as obrigações, legislações e regulamentações em vigor, referentes à atividade de Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas identificadas na tabela I do presente Caderno de Encargos, nomeadamente as apresentadas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto:

“1- O técnico responsável pela exploração está sujeito às seguintes obrigações:

- a) Registar na plataforma eletrónica do SRIESP o respetivo termo de responsabilidade e o relatório de exploração das instalações elétricas pelas quais é responsável, bem como as alterações que venham a ocorrer, designadamente a data da cessação de funções;
- b) Inspeccionar as instalações elétricas com uma periodicidade não inferior a duas vezes por ano, uma nos meses de verão e outra nos meses de inverno, a fim de proceder às verificações, ensaios e medições regulamentares para elaboração do relatório de exploração;
- c) Comunicar à entidade exploradora a existência de deficiências na instalação elétrica que constituam risco para a segurança de pessoas, animais e bens, tendo em vista a sua correção;
- d) Responder aos pedidos de esclarecimento de âmbito técnico e de segurança referentes às instalações a seu cargo, que forem solicitados pelas entidades de fiscalização ou pelo ORD, informando a entidade exploradora;
- e) Esclarecer a entidade exploradora da instalação elétrica acerca do cumprimento das obrigações impostas pelas entidades fiscalizadoras ou pelo ORD, nos aspetos técnicos e de segurança;
- f) Assegurar, juntamente com a entidade exploradora, que o recinto servido pela instalação elétrica se encontra disponível, e, quando deva existir, o projeto está acessível e mantém -se atualizado;
- g) Dar instrução adequada ao pessoal de manutenção da instalação elétrica, tendo em conta as suas especificidades, nomeadamente, através de procedimentos escritos a adotar para a exploração das subestações, dos postos de transformação e da instalação de utilização para garantir a proteção contra contactos diretos ou indiretos e para a eventual realização de trabalhos em tensão, fora de tensão ou na proximidade de tensão;
- h) Dar conhecimento prévio ao ORD sempre que qualquer alteração da instalação elétrica interfira ou possa vir a interferir com a rede de distribuição, designadamente, nos casos de aumento de potência instalada e montagem de centrais elétricas, informando a entidade exploradora;
- i) Reportar à DGEG, através da plataforma eletrónica, a ocorrência de acidentes de natureza elétrica que tenham ocorrido na instalação, no prazo de cinco dias úteis após o conhecimento do acidente.”

2 - Deve também o Técnico cumprir os requisitos legais e regulamentares de acesso e exercício da atividade de técnico responsável pelas instalações elétricas, nomeadamente os apresentados no n.º 6 do artigo 2.º e n.º 1 e 2 do artigo 20.º da Lei n.º 14/2015:

- Antes do início da atividade o Técnico responsável pela exploração deve registar-se no Sistema de Registo de Instalações Elétricas de Serviço Particular (SRIESP);
- O Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas de serviço particular, deve possuir título de engenheiro da especialidade de engenharia eletrotécnica ou título de engenheiro técnico da especialidade de engenharia de energia e de sistemas de potência;

- O Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas de serviço particular deve possuir um seguro de responsabilidade civil válido para cobrir quaisquer danos corporais e materiais sofridos por terceiros, no decurso e em resultado do exercício da sua atividade no valor de € 50.000,00. O seguro referido pode ser substituído por seguro, garantia financeira ou instrumento equivalente, que cubra, nos termos previstos nos números anteriores, as respetivas atividades a exercer em território nacional, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Cláusula 28.ª - Outras obrigações

Deve também o Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, cumprir as seguintes obrigações:

- O técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a realizar as inspeções periódicas, com o fim de verificar se as instalações se mantêm em boas condições de exploração, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 102.º do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42 895, de 31/03/60 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 14/77, de 18 de Fevereiro;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a acompanhar e validar a manutenção preventiva dos Postos de Transformação a realizar por entidades externas em datas a acordar com o mínimo de quinze dias de antecedência, podendo este acompanhamento se enquadrar numa das vistorias a efetuar;
- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorre para o adjudicatário a obrigação principal de prestar serviços de Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, sob a fiscalização da entidade adjudicante, sem prejuízo da sua total autonomia técnica e sem nenhuma subordinação hierárquica ou vínculo à entidade adjudicante;
- Caso seja necessário ou solicitado pela DGEG, deve o técnico entregar à DGEG uma cópia do contrato de prestação de serviço, ou documento comprovativo de que o contrato foi elaborado;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a elaborar os relatórios técnicos a que está obrigado, nos termos das disposições, regulamentares e diretivas aplicáveis e fará entrega dos mesmos à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e à entidade exploradora;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, após a primeira vistoria a cada instalação elaborará, de acordo com a Cláusula 5ª do presente caderno de encargos, o relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas e entregá-lo-á na DGEG. Deve o técnico entregar o referido relatório à DGEG num prazo não superior a 60 dias após a outorga do contrato;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas deve acompanhar licenciamento das instalações, nos casos onde seja necessário;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas deve prestar esclarecimentos a entidades

fiscalizadoras, entidades governamentais e distribuidor de energia;

- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a prestar esclarecimentos técnicos acerca das instalações à entidade exploradora;
- Todas as intervenções não urgentes devem ser avisadas com uma antecedência de 8 (oito) dias;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a medir e a registar os valores de resistência de terra de proteção e de serviço no mapa de registos dos Postos de Transformação, e neste âmbito atuar de acordo com o artigo 60º do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42 895, de 31/03/60 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 14/77, de 18 de Fevereiro;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a comunicar por escrito à entidade exploradora os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a deter em plenas condições de vigência, o seguro de responsabilidade civil relativo à sua atividade e seguro de acidentes de trabalho próprio, nos termos da lei cobrindo a responsabilidade civil segura a eventuais danos causados nas propriedades e nas equipas da entidade exploradora e/ou em terceiros;
- É de responsabilidade do adjudicatário recorrer a todos os equipamentos e meios humanos, técnicos e informáticos necessários e adequados à prestação dos serviços contratada, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- Para o acompanhamento da execução do contrato, sempre que solicitado, será efetuada reunião de coordenação com os responsáveis da entidade adjudicante;
- A permanência do técnico nas instalações deverá respeitar, na medida do possível e quando aplicável, os horários de funcionamento dos edifícios e dos técnicos que eventualmente os possam acompanhar (tipicamente entre as 9h e as 16:30h);
- Os serviços devem ser prestados com o mínimo de perturbação possível. Caso exista a necessidade, ou os trabalhos deem origem a perturbações no normal funcionamento dos serviços prestados nos edifícios, como por exemplo o corte no fornecimento de energia, a execução dos trabalhos terá de ser efetuada fora do horário normal de funcionamento dos edifícios, ou em alternativa em horários previamente acordados;
- As datas para realização das inspeções deverão ser propostas pelo adjudicatário no prazo máximo de 15 dias a contar da data de outorga do contrato, devendo a entidade adjudicante manifestar o seu acordo ou propor alterações relativamente às datas propostas;
- Todas as primeiras inspeções técnicas de cada instalação deverão ser efetuadas pelo técnico responsável pela exploração de instalações elétricas num prazo máximo de 60 dias após a data de outorga do contrato. Os

respetivos termos de responsabilidade pela exploração de instalações elétricas de cada instalação e os primeiros Relatórios-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de cada instalação, também deverão ser elaborados pelo técnico e enviados à DGEG e entidade adjudicante num prazo máximo de 60 dias após a data de outorga do contrato;

- O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a elaborar relatórios técnicos detalhados que têm o objetivo de promover a elaboração dos procedimentos necessários para resolução das deficiências identificadas;
- É da responsabilidade do Técnico Responsável confirmar a realização das manobras, bloqueios e outras medidas de segurança, antes, durante e após a execução dos trabalhos;
- É da responsabilidade do Técnico Responsável a execução de todos os procedimentos conducentes à elaboração do Relatório de Exploração, incluindo a realização de inspeções detalhadas às instalações elétricas, com uma periodicidade não inferior a duas vezes por ano (uma nos meses de verão e outra nos meses de inverno), complementadas por todas as verificações, ensaios e medições regulamentares exigíveis neste contexto;
- Sempre que o técnico responsável pela exploração detetar deficiências ou situações antirregulamentares que ponham em causa a segurança das pessoas, delas deverá dar conhecimento, por escrito, à entidade exploradora da instalação, com vista à sua eliminação dentro de um prazo compatível com a importância e natureza daquelas, que para o efeito fixará, tendo em conta que quando as deficiências colidam notoriamente com a segurança de pessoas e coisas, estas devem ser rapidamente eliminadas;
- Deve o Técnico responsável pela exploração prestar todo o tipo de informação, por própria iniciativa e sempre que tal lhe seja solicitado, nomeadamente, no que diz respeito às responsabilidades da entidade exploradora, e dos seus representantes diretos no processo em causa, nos termos do Decreto-Regulamentar nº31/83, de 18 de abril e decreto-lei nº96/2017, de 10 de Agosto;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas, no que for aplicável respeitar o Código Deontológico dos Técnicos Responsáveis apresentado em anexo no Decreto Regulamentar n.º 31/83 de 18 de abril;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas inspecionar as condições de isolamento das partes ativas das instalações elétricas. Deve também verificar se as condições de proteção contra contactos diretos são adequadas;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas inspecionar as condições de proteção contra contactos indiretos e as ligações à terra dos quadros elétricos, aparelhagens equipamentos e circuitos de utilização. Deve também verificar as ligações equipotenciais principais e suplementares dos equipamentos aparelhagens e locais que delas carecem;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas verificar a segurança e cumprimento

regulamentar no que diz respeito à instalação de equipamentos e canalizações elétricas nos vários volumes de acessibilidade das instalações, assim como verificar a adequação às influências externas dos índices IP e IK dos equipamentos e instalações nos seus locais de estabelecimento. Deve também o técnico verificar a existência de proteção diferencial adequada a cada local/equipamento;

- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas verificar o bom funcionamento dos órgãos de comando e proteção, nomeadamente a pessoas (teste de interruptores e disjuntores diferenciais). Deve também o técnico proceder à verificação e ensaio das proteções contra sobreintensidades e sobretensões, quando existam ou sejam necessárias;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas, sempre que considerar adequado, realizar visitas ou inspeções ocasionais por conta da entidade adjudicatária para realizar medições, verificações ou ocorrências nas instalações;
- Deve o técnico responsável pela exploração das instalações elétricas, na medida do possível, acompanhar e supervisionar as operações em trabalhos de manutenção ou de intervenção complexa em equipamentos tais como: Grupo Gerador, Posto de Transformação, Quadros Elétricos da Instalação;
- Deve o Técnico Responsável pela exploração das instalações elétricas efetuar as verificações adequadas às características e especificidades de cada tipo de instalação;
- Deve o Técnico Responsável pela exploração das instalações elétricas deslocar-se à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, obter as informações necessárias, consultar processos e promover ou participar em reuniões de trabalho necessárias para a perfeita execução do objeto de contrato mediante articulação com técnicos do município, recolher e devolver meios de acesso às instalações (chaves) e contactar com os técnicos do município que exercem funções em cada instalação a fim de os mesmos lhe facultarem acesso aos edifícios e zonas interditas.

Cláusula 29.ª - Termos de responsabilidade pela exploração

- 1 - No âmbito do artigo 16.º do decreto-lei n.º 96/2017, de 10 de agosto o Técnico obriga-se a preencher para cada uma das instalações o termo de responsabilidade pela exploração de instalações elétricas de serviço particular (o termo de responsabilidade presente no website da DGEG).
- 2 - O Técnico obriga-se também a enviar ou entregar o termo de responsabilidade à DGEG e se possível carregá-lo na plataforma eletrónica do SRIESP. O Técnico obriga-se também a enviar o referido termo de responsabilidade à entidade exploradora.
- 3 - Obriga-se também o Técnico a apresentar à entidade exploradora prova de envio ou declaração formal a mencionar que entregou o termo de responsabilidade pela exploração à DGEG.
- 4 - O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a enviar à Direção Geral de Energia e

Geologia (DGEG) e à entidade exploradora, no prazo máximo de 60 dias após a outorga do contrato os termos de responsabilidade pela exploração das instalações elétricas de cada uma das instalações elétricas a que se refere o contrato.

Cláusula 30.ª - Preenchimento e envio de relatório-tipo

- 1 - No âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 96/2017, obriga-se o Técnico a preencher para cada uma das instalações o Relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas. Todos os pontos aplicáveis a cada instalação devem ser preenchidos. O Técnico obriga-se também a enviar ou entregar o relatório à DGEG e se possível carregá-lo na plataforma eletrónica do SRIESP. O técnico obriga-se também a enviar o referido relatório à entidade exploradora.
- 2 - Os custos de aquisição das minutas dos relatórios serão suportados integralmente pelo adjudicatário.
- 3 - Obriga-se também o técnico a apresentar à entidade exploradora prova de envio ou declaração formal a mencionar que entregou o relatório à DGEG.
- 4 - No âmbito do preenchimento, obriga-se também o técnico a dar conhecimento, por escrito à entidade exploradora da necessidade de serem tomadas medidas que ainda não tenham sido por ela concretizadas. Inclui a enumeração das medidas a tomar e a indicação dos prazos em as comunicações foram mencionadas.
- 5 - O Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas obriga-se a enviar à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e à entidade exploradora, no prazo máximo de 60 dias após a outorga do contrato o primeiro o Relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de cada uma das instalações elétricas a que se refere o contrato.

Cláusula 31.ª – Elaboração de ensaios e medições

No âmbito do preenchimento do Relatório-tipo do Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas, o técnico deverá, em conformidade com cada tipo de instalação efetuar os trabalhos, ensaios, medições e verificações possíveis e necessárias para verificar a segurança das instalações e para preencher na medida do possível todos os pontos do relatório aplicáveis a cada instalação, nomeadamente:

1. Subestações, postos de transformação e de corte:
 - a. Ensaios medições:
 - i. Resistência da terra de proteção (Ω);
 - ii. Resistência da terra de serviço (Ω);
 - iii. Resistência de isolamento da instalação de baixa tensão (M Ω);
 - iv. Fator de potência ($\cos \phi$);
 - v. Outros ensaios medições que o técnico considere relevantes e se disponha a efetuar.

b. Verificações:

- i. O nível do óleo nos transformadores disjuntores de alta tensão (se aplicável);
- ii. O estado dos contactos dos disjuntores das câmaras de corte dos interruptores (se aplicável);
- iii. Os circuitos de terra (os observáveis);
- iv. O estado de conservação dos dispositivos de manobra utilizados (varas de manobra, estrados, tapetes isolantes, luvas isolantes, etc.);
- v. O estado dos contactos dos disjuntores das câmaras de corte dos interruptores;
- vi. O estado de funcionamento dos dispositivos de proteção e alarme;
- vii. Outras verificações que o técnico considere relevantes e se disponha a efetuar.

2. Instalações de utilização:

a. Verificação do Sistema de proteção de pessoas utilizado;

b. Ensaios medições:

- i. Resistência da terra de proteção (Ω);
- ii. Impedância do circuito de defeito (Ω);
- iii. Resistência de isolamento ($M\Omega$);
- iv. Proteções contra contactos indiretos;
- v. Outros ensaios medições que o técnico considere relevantes e se disponha a efetuar.

c. Verificações:

- i. Os aparelhos de proteção contra sobreintensidades;
- ii. A eficácia das proteções contra contactos indiretos;
- iii. O aquecimento estado do isolamento dos condutores dos cabos;
- iv. O estado dos aparelhos de corte de comando;
- v. Estado dos aparelhos de utilização;
- vi. Instalações de emergência:
 1. As condições de arranque das fontes de alimentação das instalações de emergência;
 2. O estado das baterias, nomeadamente seu eletrólito;
 3. O estado de funcionamento dos blocos autónomos;
- vii. Prática, sem cuidado devido, de métodos de trabalho, suscetíveis de provocar contactos diretos (se aplicável);
- viii. Incorreções, quanto execução de trabalhos nas instalações (se aplicável);
- ix. A inexistência dos de materiais de reserva ou acessórios indispensáveis à exploração;
- x. Existência de instruções de primeiros socorros;
- xi. Necessidade de proceder a alterações decorrentes de serem dadas utilizações diferentes das

inicialmente previstas;

- xii. A necessidade de redimensionar instalação;
 - xiii. Outras verificações que o técnico considere relevantes e se disponha a efetuar;
3. Outras instalações: Ensaaios, medições e verificação acerca de outras instalações elétricas.
4. Modificações e ampliações: Verificação da existência de modificações ampliações da instalação para as quais o TRIE não foi consultado.

Cláusula 32.ª – Relatórios Técnicos e Pareceres

- 1 - Tendo em conta que faz parte das obrigações de Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas comunicar à entidade exploradora a existência de deficiências na instalação elétrica que constituam risco para a segurança de pessoas, animais e bens, tendo em vista a sua correção (Decreto-Lei n.º 96/2017), são também complementarmente contratados serviços de elaboração e entrega de relatórios técnicos detalhados que têm o objetivo de elaborar procedimentos necessários para resolução das deficiências identificadas.
- 2 - Os relatórios devem ser efetuados de forma que um técnico responsável pela execução, ou os técnicos de manutenção afetos aos serviços de eletricidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tenham, através da leitura dos mesmos, uma perfeita noção da natureza dos trabalhos a efetuar, das condições em que os trabalhos devam ser efetuados e a especificação técnica dos equipamentos a aplicar. Os relatórios devem ser constituídos por documentos escritos e desenhados, de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na resolução das deficiências da instalação elétrica. Estes devem definir e caracterizar a conceção funcional e construtiva relativa à resolução das deficiências existentes nas instalações elétricas.
- 3 - Devem os relatórios a entregar à Entidade Adjudicante apresentar o estado geral de conservação e de segurança das instalações. Devem também os relatórios especificar as situações antirregulamentares e as situações específicas em que as condições de segurança de pessoas e bens não estão garantidas. No relatório deve constar também oportunidades de melhoria sugeridas e a implementar.
- 4 - Os relatórios devem separar os temas em pelo menos 3 capítulos ou secções distintas: Instalações de MT, instalações de BT e Grupos Geradores (incluindo inversores).
- 5 - Para cada deficiência detetada e a resolver, os relatórios, para além de outros elementos adequados e aplicáveis a cada caso particular, devem apresentar os seguintes elementos:
- Localização individual das deficiências existentes;
 - Descrição individual das deficiências existentes;
 - Fotografia individual das deficiências existentes;
 - Descrição da solução e condições técnicas a adotar para a resolução de cada deficiência da instalação elétrica, tendo em vista a satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor, incluindo a indicação da natureza,

do tipo e características dos equipamentos e materiais de necessária aplicação, assim como do tipo de trabalhos necessários para a execução de atividades relativas à resolução das deficiências existentes nas instalações elétricas.

- 6 - Nos casos em que o Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas considere necessário efetuar atividades que não estejam incluídas na presente prestação de serviços, tais como: Projetos de execução; Levantamentos das instalações existentes; Ou medições testes e ensaios não incluídos no âmbito do presente contrato, deve o técnico, no relatório, claramente e de forma suficientemente detalhada esclarecer as condições técnicas em que essas atividades devam ser elaboradas.
- 7 - Nos casos em que a entidade exploradora deseje efetuar alterações às instalações existentes deve o Técnico responsável pela exploração fornecer pareceres escritos acerca os requisitos a cumprir na alteração das instalações, nomeadamente acerca das condições em que os projetos devam ser elaborados.

Cláusula 33.ª – Regulamentação e legislação aplicável

Os trabalhos deverão ser executados de acordo com as regras técnicas, regulamentares, e de segurança aplicáveis, nomeadamente, no que diz respeito aos seguintes enquadramentos legais, normativos, regulamentares e diretores:

- Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição em Energia Elétrica em Baixa Tensão na sua última redação;
- Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (Portaria 949-A/2006, de 11/09) na sua última redação;
- Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 61/2018 de 21 de agosto, na sua última redação e respetivas alterações - Instalações Elétricas de Serviço Particular alimentadas pela Rede Elétrica de Serviço Público;
- Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento (Decreto-Lei n.º 42895, de 31/03/60, alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 14/77, de 18 de fevereiro);
- Lei n.º 14/2015 de 16 de fevereiro, na sua última redação e respetivas alterações;
- Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de abril e respetivos anexos;
- Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- Manual de Boas Práticas para a Manutenção de Postos de Transformação de Cliente da ERSE;
- Diretrizes da empresa distribuidora de energia;
- Diretrizes da DGEG.

PARTE V – ANEXOS

Tabela I - Instalações

Tipo - Categoria / CPE	Designação	Morada da instalação		Potência contratada [kVA]	Potência Instalada [kVA]
Tipo A (emergência) e B					
PT0002000100485993WP	Complexo Desportivo de Pedroso	Rua Rio da Costa	Pedroso	308,0	630,0
PT0002000112809846ZR	Complexo Desportivo Parque da Cidade	Rua de Entre Quintas	Oliveira do Douro	372,0	800,0
PT0002000115080233XN	Túnel de Santo Ovídeo	Rua Camilo Vaz	Mafamude	116,0	250,0
Tipo B					
(a identificar)	Centro de Saúde a rececionar no âmbito da transferência de competências	(a identificar)	(a identificar)	--	--
PT0002000074730708PP	Parque Biológico de Gaia	Rua da Cunha	Avintes	200,0	400,0
PT0002000110206587BC	Piscina Municipal de Lever	Rua General Humberto Delgado, 222	Lever	74,0	160,0
PT0002000114700797GF	Campo Desportivo de Grijó	Rua da Associação Desportiva de Grijó	Grijó	138,0	250,0
PT0002000117582606LP	EB Manuel António Pina - Parque Lavandeira	Rua Raimundo Carvalho	Oliveira do Douro	186,0	400,0
PT0002000118510946QE	Centro Alto Rendimento	Rua Almeida Garret	Oliveira do Douro	116,0	250,0
PT0002000100486039GP	Ponte Infante D. Henrique	Escarpa da Serra – Rua nº 1, JT 71	Santa Marinha	93,0	200,0
Tipo C (receb. público 1ª a 3ª categoria)					
PT0002000069454562NQ	Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia	Rua Álvares Cabral	Mafamude	355,0	360,0
PT0002000069454573JG	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia	Rua de Angola	Mafamude	78,0	132,0
PT0002000069455279CC	Armazéns (Ginasiano)	Rua Guilherme Braga, 38	Santa Marinha	78,0	300,0
PT0002000069456499GK	Casa Museu Teixeira Lopes	Rua Teixeira Lopes	Santa Marinha	62,0	132,0
PT0002000073281403SW	Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia	Rua de Moçambique	Mafamude	116,0	276,0

PT0002000108743806FQ	Cine Teatro Eduardo Brazão	Rua Professor Amadeu Santos	Valadares	64,0	172,5
PT0002000112257085SE	Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner	Rua Concelheiro Veloso da Cruz, 711-723	Santa Marinha	86,0	277,0
PT0002000115004311KJ	EB Prof. Dr. Marques dos Santos (Serra do Pilar)	Av. Dom João II	Santa Marinha	105,0	276,0
PT0002000118566265FA	Car - Edifício Acolhimento	Rua Entre Quintas - 4430-300 VN Gaia	Oliveira do Douro	74,0	100,0
PT0002000119163431AC	Escola Básica Fernando Guedes	Rua Padre Araújo, 108 - 4430-878 Avintes	Avintes	65,0	120,0
Tipo C (Piscinas públicas)					
PT0002000074337744BE	Piscina Municipal Maravedi	Rua Francisco Alexandre Ferreira	Mafamude	70,0	95,6
PT0002000080053972MZ	Piscina Municipal da Granja (descoberta)	Rua Engenheiro José da Rocha e Melo, 16	Arcozelo	42,0	50,0
PT0002000083478104RK	Piscina Municipal da Granja (semicoberta)	Rua Engenheiro José da Rocha e Melo, 16	Arcozelo	67,0	132,0
PT0002000084124688PY	Piscina Municipal de Vila D'Este	Praceta José Pinto Correia - Lote 7	Vilar do Andorinho	101,0	315,0
PT0002000117289831DT	Piscina Municipal Aurora Cunha	Rua Rio da Costa - 4415-320 Pedroso	Pedroso	61,0	160,0
Tipo C (Industriais)					
PT0002000069451948ZR	Oficinas Gerais	Avenida Vasco da Gama	Oliveira do Douro	312,0	314,0
Número de instalações	25	TOTAL (kVA)		3 339	6 552

Ponto Único – Em sede de execução contratual e por necessidade ou obrigação legal do Município de Vila Nova de Gaia poderão ser incluídos outros locais, num máximo de 30 (trinta), cuja identificação e localização será sempre comunicada pelo Gestor do Contrato ao Cocontratante.